



## Na Mídia

25/07/2023 | [Valor Econômico](#)

### **União vence casos de R\$ 210 bilhões no Supremo e STJ no 1º semestre**

**Governo federal ganhou 10 das 14 causas tributárias bilionárias julgadas pelos tribunais superiores**

Beatriz Olivon

A União teve um 1º semestre positivo no Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que venceu 10 das 14 disputas tributárias julgadas nas duas Cortes. As causas envolvem cerca de R\$ 210,8 bilhões. As discussões de maior impacto tratam da tributação de empresas que receberam incentivos fiscais de ICMS e do PIS/Cofins sobre instituições financeiras e seguradoras - R\$ 115 bilhões, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Os julgamentos tributários ganharam holofotes no governo e têm sido tratados como prioridade pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, necessários para o ajuste fiscal. Apesar dos ganhos bilionários, isso não significa que todo o montante entrará no caixa do Tesouro, segundo especialistas. Há muitos contribuintes que não questionaram na Justiça os tributos e já os pagaram. Além disso, existe um trâmite demorado para a cobrança das empresas que perderam os processos.

**“A União ganhou mais, e isso está claro para todo mundo. É um fenômeno que viemos percebendo”, afirma a advogada Priscila Faricelli, do Demarest. Para ela, a tendência começou com a pandemia, em razão do maior volume de julgamentos de temas tributários no Plenário Virtual do STF.**

Luca Cascione, sócio do Cascione Advogados, banca responsável pelo levantamento, avalia que entre as razões para a União ter vencido um maior número de processos é que as teses lhas eram favoráveis ou porque a Fazenda teve uma interlocução mais direta e atuação mais presente nos tribunais superiores, conseguindo emplacar suas posições. A PGFN informa que as vitórias da Fazenda Nacional decorrem da “juridicidade” e da “credibilidade” dos argumentos levados ao Judiciário.

O governo também venceu na Justiça outros temas de impacto econômico relevante para a União. A AGU estima que foram evitadas perdas de pelo menos R\$ 286 bilhões aos cofres públicos no 1º semestre nos tribunais superiores.







